

# Seguridade Social e Tributação

Ano XXV | Nº 125 | Brasília | março de 2017



## A Reforma sem fim

Trabalhadores e aposentados vão à luta contra proposta do governo para mudar as regras da Previdência Social

**TETO DE GASTOS**  
MUDANÇA PODE SER  
QUESTIONADA

**REFORMA TRIBUTÁRIA**  
OUTRA PRIORIDADE  
NA PAUTA

**QUALIDADE DE VIDA**  
DESCONTROLE NO ORÇAMENTO  
FAZ MAL À SAUDE

**PREVIDÊNCIA É  
PATRIMÔNIO DO  
POVO BRASILEIRO!**

**NÃO MEXAM COM  
A PREVIDÊNCIA  
SOCIAL!**



Fundação ANFIP de  
Estudos da Seguridade Social  
e Tributário



**ANFIP**

Associação Nacional dos Auditores Fiscais  
da Receita Federal do Brasil

# As reformas e a verdade

Ao dramaturgo grego Ésquilo (525 a.C.–456 a.C.) se atribui a famosa frase segunda a qual, na guerra, a verdade é a primeira vítima. No Brasil do século XXI, esta máxima continua mais viva que nunca, com a verdade sendo manipulada a serviço das conveniências do governante da vez. É por entendermos que a informação é o principal caminho para uma sociedade que se pretenda justa e próspera que deflagramos uma ofensiva em defesa da verdade, dos fatos como eles são e, como consequência, em defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros. Pois poucas vezes na história deste país se testemunhou um avanço tão pernicioso aos direitos dos cidadãos. E o que é pior, baseada e apoiada em publicidade distorcida. E a reforma da Previdência Social pretendida pelo atual governo é o maior exemplo do quanto se pode manipular a informação para vender justificativas infundadas como verdade incontestes.

Tomemos o decantado rombo na Previdência. Para chegar ao número mágico, o Governo Federal considera apenas as contribuições de empresas e empregados. Mas desconsidera os repasses que formam a Seguridade Social (Previdência, Assistência Social e Saúde), que tem diversas fontes de financiamento, como PIS/ Cofins, CSLL e PASEP. Repasses esses determinados pelo Artigo 195 da Constituição Federal que vem sendo regularmente descumprido pelo Poder Executivo desde os anos 90. O Governo Federal também não explica que nada menos que R\$ 69,7 bilhões representam renúncia fiscal obtida por empresas de diversos setores com contrapartidas nem sempre conhecidas e quase nunca cumpridas.

Chama a atenção a rapidez com que o

atual governo tem levado a cabo as reformas que tiram direitos dos trabalhadores. Congelou investimentos públicos em saúde e educação, entre outros, com uma emenda constitucional rejeitada pela maior parte da população; quer ampliar os limites de idade para aposentadoria e a jornada de trabalho; e agora ensaia enviar ao Congresso Nacional uma reforma trabalhista mais ampla. Sem, em nenhum dos casos, dar ouvidos, vez e voz à população. Tudo isso, em poucos meses de mandato.

O governo incorre em vários erros e talvez esse seja o maior de todos. Ousar impor suas verdades desconsiderando a opinião pública. Qualquer observador mais atento diria ser no mínimo imprudente ignorar a força da população que desde 2013 vai às ruas manifestar sua insatisfação com o autoritarismo forjado nos gabinetes públicos.

Entendemos ser nosso dever dar subsídios aos brasileiros que querem e vão defender seus direitos. E é esse o princípio que norteia o trabalho que apresentamos nas páginas da nova edição da Revista Seguridade Social e Tributação. Da reforma da Previdência Social à Emenda Constitucional que limita investimentos públicos, passando pela prometida reforma tributária que deve entrar na pauta em breve, temos a pretensão de mostrar o outro lado, desconstruindo o discurso oficial com dados, números, estudos, opinião de especialistas e, o mais importante, promovendo o debate entre os atores envolvidos. Afinal, este país vive sob o signo da democracia e democracia se faz com respeito aos direitos, com estado de bem estar e progresso social, bem como com a preservação da informação correta e verdadeira.

Publicação da Associação Nacional dos  
Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

**DIRETORA RESPONSÁVEL:**

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

**FOTOS:**

Arquivo ANFIP, Fotos Públicas e Shutterstock

**REDAÇÃO, COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:**

S2 Comunicação Convergente e Editorial Ltda.

**EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:**

Gilmar Vitalino

**EDITOR:**

Walquíria Silva

**REPORTAGEM:**

Eliane Sobral, Walquíria Silva e Priscilla Araújo

**CONSELHO EDITORIAL:**

Carmelina Calabrese  
Décio Bruno Lopes  
Florianio Martins de Sá Neto  
Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade  
Miguel Arcanjo Simas Nôvo  
Wilson Antonio Romero

**CONSELHO EXECUTIVO**

Wilson Antonio Romero

Presidente

Carmelina Calabrese

Vice-Presidente Executivo

Miguel Arcanjo Simas Nôvo

Vice-Presidente de Assuntos Fiscais

Florianio Martins de Sá Neto

Vice-Presidente de Política de Classe

Antônio Silvano Alencar de Almeida

Vice-Presidente de Política Salarial

Décio Bruno Lopes

Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social

Misma Rosa Suhett

Vice-Presidente de Aposentadorias e Pensões

Creusa Dantas Gama

Vice-Presidente de Cultura Profissional

Dulce Wilenbring de Lima

Vice-Presidente de Serviços Assistenciais

Renato Albano Junior

Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos

Manoel Eliseu de Almeida

Vice-Presidente de Estudos e Assuntos Tributários

Carlos José de Castro

Vice-Presidente de Administração,  
Patrimônio e Cadastro

Carlos Alberto de Souza

Vice-Presidente de Planejamento e  
Controle Orçamentário

João Alves Moreira

Vice-Presidente de Finanças

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

Vice-Presidente de Comunicação Social

Maruchia Mialik

Vice-Presidente de Relações Públicas

João Laércio Gagliardi Fernandes

Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares

Paulo Correia de Melo

Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

**CONSELHO FISCAL**

Maria Geralda Vitor

Marcia Irene Werneck

Albenize Gatto Cerqueira

**CONSELHO DE REPRESENTANTES**

AC - Heliomar Lunz

AL - Lindenbergue Fernando de Almeida

AM - Cleide Almeida Nôvo

AP - Emir Cavalcanti Furtado

BA - José Antônio Moreira Icó da Silva

CE - Tereza Liduína Santiago Félix

DF - Maria José de Paula Moraes

ES - Rozinete Bissoli Guerini

GO - Crésio Pereira de Freitas

MA - Antonio de Jesus Oliveira de Santana

MG - Ilva Maria Franca Lauria

MS - Isabel Nascimento Elias Pereira

MT - Benedito Cerqueira Seba

PA - Maria Oneyde Santos

PB - Dijanete de Souza Lima

PE - Rita de Cássia Cavalcanti Couto

PI - Lourival de Melo Lobo

PR - Ademar Borges

RJ - José Arinaldo Gonçalves Ferreira

RN - Maria Aparecida Fernandes Paes Leme

RO - Francisco Raia

RR - André Luiz Spagnuolo Andrade

RS - César Roxo Machado

SC - Luiz Carlos Aguiar da Silva

SE - Jorge Cezar Costa

SP - Sandra Tereza Paiva Miranda

TO - José Carlos Rego Moraes

# Ao leitor

Você está recebendo a primeira edição da Revista Seguridade Social e Tributação de 2017. Nela procuramos refletir as tendências da agenda pública que nos espera ao longo deste ano. A começar pela reforma da Previdência Social que iniciou sua tramitação em comissão especial da Câmara e cujo relator, deputado Arthur Maia (PPS-BA), promete um confronto de ideias entre os que defendem e os que discordam da tese do déficit.

Tratamos também nesta edição dos desdobramentos da PEC 55, que praticamente congela investimentos públicos pelo prazo de 20 anos, com forte impacto sobre os orçamentos da saúde e da educação. A matéria foi promulgada pelo Congresso como Emenda Constitucional 95/2016 e pode ainda suscitar discussões sobre sua inconstitucionalidade.

Outro tema sobre o qual nos debruçamos é a reforma tributária. O relator da Comissão Especial na Câmara, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), defende pressa na aprovação, antes que o período eleitoral de 2018 arrefeça os ânimos. E aí se perca, mais uma vez, a oportunidade de rever a pesada carga de impostos e contribuições pagos pelas empresas e pelos cidadãos.

A reforma tributária é tema também da seção Ideias e Debates com a publicação de artigo de quatro renomados especialistas do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). Eles defendem, no texto, a necessidade de uma reforma de qualidade do sistema tributário, focada no desenvolvimento.

Na seção Qualidade de Vida, o assunto é a influência negativa da falta de planejamento financeiro na vida das pessoas. Ficar endividado, como mostra a reportagem, não é ruim somente para o bolso. Afeta também a saúde.

Na abordagem desses vários temas pulsantes da política e da economia nacional, trazemos sempre a avaliação qualificada da ANFIP, que tem acompanhado com lupa os desdobramentos e os impactos das medidas na vida dos servidores públicos, aposentados e do público em geral.

Boa Leitura!

Esta edição: 5.000 exemplares

Distribuição: gratuita

A assinatura da revista Seguridade Social e Tributação é gratuita. Envie seus dados (nome e endereço completos) para o email [cadastro@anfip.org.br](mailto:cadastro@anfip.org.br)

Permitida a reprodução total ou parcial dos textos, desde que citada a fonte. As matérias e artigos publicados não refletem, necessariamente, a opinião do Conselho Executivo da ANFIP.



# DOS LEITORES

## MENSAGENS

### PREVIDÊNCIA

A Federação das Associações e Departamentos de Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado de São Paulo (Fapesp), parabeniza a ANFIP e o Dieese pela iniciativa de se reunirem para discutir, estudar e traçar soluções para a nossa Previdência Social.

A Fapesp reitera o apoio total e irrestrito ao trabalho da ANFIP. Sem dúvida, a equipe formada para discutir Previdência Social acumula um conhecimento excepcional e estamos confiantes do resultado desses encontros com o presidente da ANFIP, Wilson Romero, os coordenadores dos trabalhos, Décio Bruno Lopes e Denise Gentil; o economista Eduardo Fagnani; além das equipes técnicas da ANFIP e do Dieese e especialistas nas áreas. Solicitamos que, se possível, compartilhem a agenda de encontros, dos quais gostaríamos de participar.

**Antônio Alves Silva**  
Presidente da Fapesp

Parabéns à ANFIP, pela visão sempre atenta e perspicaz. Eu, pessoalmente, me sinto muito feliz e imensamente grata (mais do que sempre fui, se isso ainda é possível), à ANFIP, como cidadã e como profissional por todo o esforço que tem feito para sustentar os direitos de cidadania de nosso país. Romero, muito obrigada! Décio, muito obrigada! Não sei o que teria sido dessa instituição chamada Previdência Pública se não tivesse tido o apoio, há décadas, de vocês.

**Denise Gentil, professora da UFRJ,**  
Rio de Janeiro (RJ)

*A todos os representantes da classe dos Auditores Fiscais.*

Meu nome é Cláudia Andréa Gori, moro em Santos - SP, sou psicanalista, cidadã comum e não simpatizo nem participo de nenhum partido político. Tenho acompanhado minuciosamente - e perplexa - os passos da Guerra Híbrida, que assola nosso país, bem como a deformação jurídica que é própria do Estado de Exceção que se instaurou e que ameaça frontalmente a soberania nacional, com medidas como a MP 727, a PEC 55, o Decreto 8957 e a PEC 287. Acompanho, também, a posição da ANFIP diante destas atrocidades e, agora, a ameaça de censura que pesa sobre os estudos realizados por vocês. Escrevo para parabenizar, sincera e patrioticamente, todos os representantes da classe dos auditores fiscais pela força, coragem e retidão de caráter. Apesar dos esforços do governo federal para "calar a boca" da categoria, vocês continuam firmes, diferentemente dos funcionários do Itamaraty, que se venderam por um parco reajuste salarial e, agora, estão quietinhos, calados.

Nós, brasileiros que estamos compreendendo e enxergando a dimensão da agressão que a nossa pátria está sofrendo, estamos desesperados, impotentes e perplexos. É por isso que precisamos de instituições como a ANFIP e de representantes de classe que não se vergam diante de tudo o que está acontecendo.

Meus sinceros cumprimentos. Continuarei acompanhando vocês e torcendo para que a voz da ANFIP possa correr livre e iluminar as mentes que ainda estão obnubiladas.

Parabéns!

**Profa. Dra. Cláudia Andréa Gori**

### ENVIE SUA CARTA

Envie sua carta, com nome e endereço completos, para o seguinte email: [comunicacao-social@anfip.org.br](mailto:comunicacao-social@anfip.org.br)

# SUMÁRIO

07



**Teto dos gastos** - Nos últimos dias de 2016, o governo aprovava no Congresso a Emenda Constitucional 95/2016 que limita, entre outras despesas, os gastos públicos com saúde e educação pelo prazo de 20 anos. A medida, que pode comprometer o futuro de várias gerações de brasileiros, é criticada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pode ser considerada inconstitucional.

11



**Reforma tributária** – Depois da aprovação da emenda constitucional que congela gastos públicos e do início da tramitação da reforma previdenciária, vem aí a reforma tributária. Será mais um esforço do Executivo para destravar uma pauta que patina há anos no Congresso e pode representar uma prova de fogo para o governo.

16



**Previdência** – Governo dá a largada para promover a mais ampla reformulação na legislação previdenciária das últimas décadas e enfrenta a resistência das classes trabalhadoras e dos aposentados. Movimentos sindicais e sociais estão mobilizados e prometem sair às ruas contra a proposta que mexe profundamente com a vida da população.

23



**Arrecadação Federal** - A crise na economia brasileira e o aumento do desemprego continuaram a refletir na arrecadação federal em 2016, que registrou recuo pelo terceiro ano consecutivo. A Receita Federal do Brasil aponta queda real de 2,97% no ano passado, fechando em R\$ 1,28 trilhão. Foi o pior resultado desde 2010.

25



**Qualidade de Vida** - Entenda como a falta de planejamento das finanças, além de levar à inadimplência e afetar a vida familiar, pode provocar doenças relacionadas ao estresse como a pressão alta, o envelhecimento precoce e a depressão. Saiba também identificar se você é um consumidor ou um consumista.

28



**Ideias e debates** – Membros do Centro de Cidadania Fiscal defendem a urgência de uma reforma tributária orientada para o desenvolvimento. Na avaliação deles, todo o sistema carece de reforma, mas a simplificação da tributação sobre o consumo exige urgência.



# SAÚDE E EDUCAÇÃO

podem sofrer com o  
teto dos gastos

---

**N**os últimos dias de 2016, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou o mais importante termômetro global sobre educação e escolaridade. Nada menos que 40 mil jovens de 15 anos, em 72 países, fizeram o teste de duas horas do Programa de Avaliação de Estudantes (PISA, na sigla em inglês), em disciplinas como ciências, matemática, leitura, resolução de problemas colaborativos e alfabetização financeira. Nada menos que 80% dos alunos brasileiros avaliados ficaram na média 2 – em uma escala que vai até 6. O estudo mostra ainda que mais da metade dos estudantes brasileiros tem dificuldade em entender o que leem e não são capazes de resolver problemas de baixa complexidade matemática.

Também no final de 2016, o Governo Federal aprovou no Congresso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 55/16) que limita os gastos públicos com saúde e educação, entre outras despesas, pelo prazo de 20 anos, vinculando a correção dos investimentos à inflação do ano anterior. O autointitulado “governo reformista” ignorou não apenas os dados que mostram a qualidade precária do ensino no país, como também a opinião pública – segundo o instituto de pesquisas Datafolha, 60% dos 2,8 mil entrevistados em 174 municípios disseram-se

contrários ao congelamento de gastos públicos nas duas áreas. Até a sempre comedida Organização das Nações Unidas (ONU) manifestou-se contra a medida, afirmando que a ação do governo “condena toda uma geração”. A nota assinada por Philip Alston, relator da ONU para pobreza extrema, dizia, entre outras coisas, que a prioridade do Planalto “é uma medida radical, desprovida de compaixão” e chama de “erro histórico” a proposta que promete comprometer o desenvolvimento e o suporte social a várias gerações de brasileiros. À forte oposição soma-se ainda um estudo técnico elaborado pelo próprio Senado Federal que aponta para a inconstitucionalidade de uma medida que pretende legislar sobre mandatos futuros – já que a proposta é de congelamento do orçamento federal por nada menos que duas décadas.

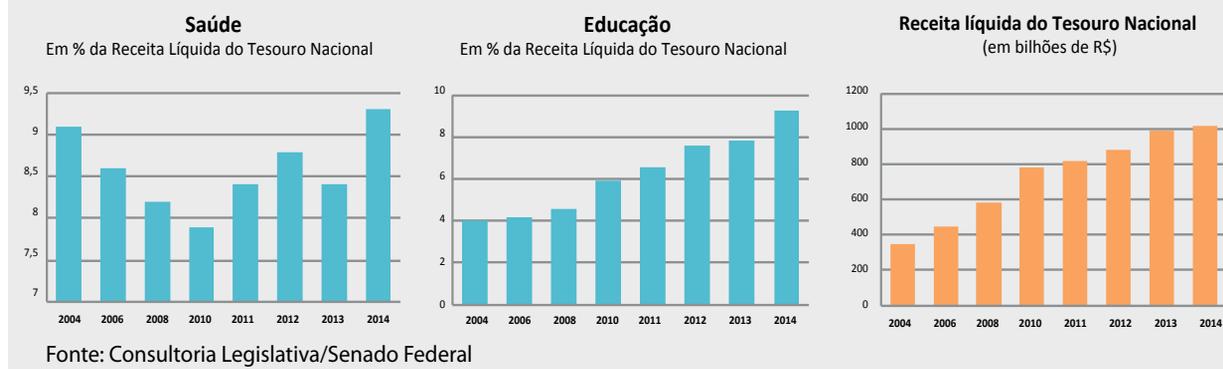
Vários estudos foram elaborados para medir o tamanho das perdas, tanto na saúde quanto na educação - as áreas de maior demanda social em um país como o Brasil. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), as perdas só na área da saúde podem chegar a R\$ 743 bilhões. Já um levantamento elaborado pela Câmara dos Deputados aponta para uma perda de aproximadamente R\$ 480 bilhões na área da educação – considerando-se os orçamentos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e ao Ministério da Educação (MEC). “A PEC 55 não enfrenta o cerne do problema econômico e baseia-se em falso diagnóstico, identificando uma suposta e inexistente ganância do setor público, em particular em relação às despesas com saúde, educação, previdência e assistência social”, defende o vice-presidente de Política de Classe da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto.

## **PROBLEMAS ADICIONAIS**

Apesar das inúmeras manifestações contrárias à emenda constitucional, vindas não apenas de organismos internacionais como a ONU ou de pesquisas de opinião pública, mas também de entidades representativas como a ANFIP, bem como de estudos do próprio poder legislativo indicando a



## O RETRATO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM SAÚDE E EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS



inconstitucionalidade da proposta, o governo não encontrou grande resistência, e o Senado aprovou a proposta de emenda por 53 votos a favor e apenas 16 contra.

Estudo produzido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa do Senado Federal, cujo resultado circulou em forma de minuta interna na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) do Senado, assinala pelo menos cinco tópicos que tornam a emenda inconstitucional. O primeiro deles é a constitucionalidade do voto popular que dá poder ao presidente da República de definir o limite de despesas do governo, embora tanto o orçamento da União quanto o plano plurianual devem ser submetidos ao Poder Legislativo. Ao congelar os investimentos públicos primários por 20 anos, o governo acabou por limitar tanto o poder do Executivo quanto do Legislativo por vinte exercícios financeiros – ou pelo menos cinco presidentes da República ou cinco legislaturas do Congresso ficam impedidas de exercer suas obrigações de produzir o orçamento e avaliá-lo, respectivamente.

Outro ponto destacado pelo estudo do Senado para questionar a constitucionalidade da medida é o que trata da redução dos investimentos diretos da União em políticas sociais. A equipe econômica defende que os gastos serão apenas congelados. Porém, não faltam estudos que provam por A mais B que não é bem assim. “A inflação da saúde é pelo menos três vezes maior que a inflação geral. Se considerarmos os dados de hoje, por exemplo, a inflação geral fica na casa dos 7% ou 7,5%. A inflação da saúde está em 13,5%. Só com essa simples diferença o impacto já é brutal”, explica o professor Nilton Pereira Júnior, do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia e vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). “Não é um congelamento de gastos. É uma retração de investimentos”, afirma ele. “Quando se congelam despesas, congela-se a receita, mas não está se considerando que mais pessoas nascem, mais pessoas envelhecem, mais pessoas ficam doentes e simplesmente não existe fórmula para evitar que seja

*AO CONGELAR OS INVESTIMENTOS PRIMÁRIOS POR 20 ANOS, O GOVERNO ACABOU POR LIMITAR TANTO O PODER DO EXECUTIVO QUANTO DO LEGISLATIVO POR VINTE EXERCÍCIOS FINANCEIROS – OU PELO MENOS CINCO PRESIDENTES DA REPÚBLICA OU CINCO LEGISLATURAS DO CONGRESSO*

assim. Se a receita não acompanha, alguma coisa terá de ser feita para manter o equilíbrio, caso contrário, os serviços serão reduzidos, como redução de exames, oferta de leitos hospitalares e assim por diante”.

Para o especialista, que também é membro do Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão responsável por fiscalizar as políticas implantadas no Sistema Único de Saúde (SUS), não procede dizer que houve gastos abusivos nos últimos anos que justifiquem o arrocho fiscal. “Na última década, a média de investimentos em saúde comparada ao Produto Interno Bruto (PIB) se manteve. O orçamento federal ficou entre 1,5% e 1,7% do PIB nesse período, não saiu dessa faixa. Se acrescentarmos os recursos municipais e estaduais, chegou a 3,4% do PIB. O gasto em saúde não é responsável pela situação atual da economia”, afirma. Pereira cita os dados de um relatório da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), que concluiu que a atual crise econômica brasileira não está relacionada aos gastos públicos, mas à queda da receita nos últimos anos.

É um engano acreditar que apenas a saúde pública será afetada pelo congelamento dos investimentos públicos. De acordo com Pereira, a falta de investimentos no SUS deve influenciar também a saúde privada. Embora em um primeiro momento possa aumentar o número de usuários, devido ao comprometimento ainda maior do SUS, o total de médicos e serviços não cresce na mesma proporção. Esse desequilíbrio deve acarretar na queda de salários de médicos e da oferta de serviços das operadoras.

“O atual ministro apoia a criação de planos de saúde populares, mas eles vão implicar na piora da qualidade do serviço privado. Para não terem prejuízo e aumentarem seus lucros, as operadoras

precisarão vender mais planos e com custos reduzidos, isso será ruim para o usuário, que terá menor oferta de serviços, e ruim para o trabalhador da saúde suplementar, que poderá ter redução de salário”, afirma. “O SUS é o maior comprador de medicamentos do mundo. Ou seja, ainda que não houvesse crescimento populacional, já teremos esse desequilíbrio. A PEC, na verdade, não é para conter gastos públicos. Ela é um mecanismo perverso de desfinanciamento da saúde pública, da educação e de outros benefícios sociais”.

E os impactos da medida já se farão sentir, segundo o professor, no curto prazo. O primeiro impacto, diz ele, é o orçamento setorial deste ano, com apenas um pequeno acréscimo de R\$ 2 bilhões. “A proposta constitucional ajusta um orçamento que já é muito ruim. Hoje, o orçamento do Ministério da Saúde é de R\$ 100 bilhões/ano e é claramente um valor muito abaixo da necessidade”. Pereira lembra que os efeitos da proposta de emenda constitucional vão muito além do impacto direto na saúde e na educação, na medida em que comprometem também investimentos em saneamento, por exemplo. “Cinquenta por cento da população brasileira não tem acesso a saneamento básico e é claro que há impacto na saúde dos cidadãos. O que se espera para a saúde com esse tipo de medida é o caos”.



*“A INFLAÇÃO DA SAÚDE É PELO MENOS, TRÊS VEZES MAIOR QUE A INFLAÇÃO GERAL. SE CONSIDERARMOS OS DADOS DE HOJE, POR EXEMPLO, A INFLAÇÃO GERAL FICA NA CASA DOS 7% OU 7,5%. A INFLAÇÃO DA SAÚDE ESTÁ EM 13,5%. SÓ COM ESTA SIMPLES DIFERENÇA O IMPACTO JÁ É BRUTAL” – NILTON PEREIRA JÚNIOR, PRESIDENTE DA ABRASCO*

# Uma prova de fogo

para o governo

A BASE DO GOVERNO NO CONGRESSO  
PODE DIFICULTAR A APROVAÇÃO  
DE UMA REFORMA QUE, AO  
INVÉS DE SIMPLIFICAR, ELEVE  
A CARGA TRIBUTÁRIA NO PAÍS



Com pouco menos de um ano à frente do Poder Executivo, o atual governo tem mostrado uma disposição poucas vezes vista para dar andamento a reformas há muito anunciadas e não concretizadas. Já encaminhou importantes modificações na Previdência Social (leia reportagem à página 17), conseguiu aprovar a emenda constitucional que congela gastos públicos em saúde e educação, entre outras áreas, e promete, ainda para o primeiro semestre de 2017, uma das mais demandadas pela sociedade: a reforma que pretende tornar mais civilizado o emaranhado de tributos pagos pela sociedade. Em 2015, segundo dados da Receita Federal do Brasil, a carga tributária chegou a nada menos que 32,66% de toda a riqueza produzida por aqui, ou o Produto Interno Bruto (PIB). Em 2014, correspondia a 32,4%, e, em 2013, a 32,6%. Além de aumentar ano a ano, é, proporcionalmente, a maior da América Latina, de acordo com estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No México, por exemplo, cuja economia é mais assemelhada à brasileira que a dos Estados Unidos, o conjunto de tributos não passa de 19,5% do PIB. Considerando ainda a proporcionalidade, a carga tributária no Brasil é 50% maior que a média de taxas, impostos e contribuições pagas na América Latina.

Mas falar apenas no peso que os tributos representam ao conjunto da sociedade – empresas e cidadãos – seria minimizar um problema muito maior. Um deles é o pouco retorno que os impostos arrecadados proporcionam ao cidadão. Estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) com os 30 países com as mais elevadas cargas tributárias mensurou o retorno proporcionado à população por meio de políticas de bem estar social. O ranking é liderado pela Austrália, e o Brasil ficou em último lugar – na 30ª posição.

Além disso, outro problema grave é a instrumentalização política da arrecadação tributária. Na esfera federal, a isenção fiscal tem

sido meio de incentivo a indústrias em dificuldades e, na esfera estadual, serviu como instrumento de atração a novos investimentos do setor produtivo, a chamada guerra fiscal. De resto, há que se considerar ainda a elisão, a evasão e a sonegação. “Só a renúncia fiscal da União está em torno de R\$ 500 bilhões, e ainda tem a de estados e municípios. A sonegação representa algo próximo a 20% da arrecadação tota.



*“TEM QUE SER ESTE ANO, SE NÃO, ACABOU. VEM ELEIÇÃO EM 2018 E O DEBATE MUDA. O PARLAMENTO ESTÁ RECEPTIVO. ESTADOS E MUNICÍPIOS ESTÃO ENFRAQUECIDOS. A HORA É ESSA” – DEP. LUIZ CARLOS HAULY*

---

Somando a elisão fiscal, chega-se fácil a cerca de R\$ 1 trilhão”, calcula o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), relator da Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados.

No último dia 22 de fevereiro, Hauly apresentou um esboço do que pretende como reforma tributária, em reunião no Palácio do Planalto com os ministros do Planejamento, Dyogo Oliveira, o secretário executivo da Fazenda, Eduardo Guardia, e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid. Pela proposta preliminar, também apresentada na Comissão Especial da Câmara, ele não só quer manter a atual carga tributária, como defende a volta da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF). Entre as propostas previamente apresentadas pelo deputado do PSDB do Paraná, estão ainda a extinção do salário-educação que seria substituído por vinculação de receita em valor equivalente. Diante da repercussão negativa, o ministro titular da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy, tratou de apaziguar os ânimos, afirmando que o aumento da carga tributária ou o resgate da CPMF não estão no radar do governo. “Não faz sentido utilizar a reforma tributária para criar novos impostos, nem o governo quer elevação da carga tributária”, declarou Imbassahy. Mas, a julgar pelo documento divulgado pelo parlamentar, não resta muita dúvida de que a criação de novos impostos – ou o ressurgimento de contribuições extintas como a CPMF – estão no horizonte do relator. No mesmo documento apresentado na reunião no Palácio do Planalto, está a defesa da necessidade de uma fonte adicional de recursos para financiar a Previdência Social pública.

## SÓCIA MINORITÁRIA

Quanto trata da criação do Imposto sobre Valor Agregado, a nota explicativa do parlamentar dá uma ideia do tipo de preocupação que norteia o que será proposto. Diz ele que, num primeiro momento, a ideia era atribuir a estados e Distrito Federal a arrecadação do novo IVA e de um Imposto Seletivo, mas o repasse de recursos para a União, para compensar a perda de receitas pelo fim do PIS/Pasep, Cofins e IPI, seria da ordem de 40% da arrecadação do IVA e do Seletivo. O texto explica que esse nível de compartilhamento de receitas deve ser evitado, “pois tira o estímulo em se cobrar adequadamente o tributo”. E cita como exemplo a progressão do IPI, que, no início da década de 1990, representava quase 10% da arrecadação total e, hoje, responde por apenas 2,5% da mesma. “Ainda que o setor industrial tenha perdido importância relativa e que a metodologia na mensuração da carga tributária nacional tenha sido alterada, queda dessa magnitude é explicada basicamente pela falta de disposição da União em administrar um tributo em que é sócia minoritária”.

O relator se diz otimista quanto à aprovação da reforma já em 2017. “Tem que ser este ano. Vem eleição em 2018 e o debate muda”. De acordo com Hauly, todas as condições estão postas para que o atual governo coloque mais essa reforma em seu histórico presidencial. “O Parlamento está receptivo. Estados e municípios estão enfraquecidos. A hora é essa”, aposta o deputado.

*EM 2015, SEGUNDO DADOS DA RECEITA FEDERAL, A SOMA DE TODOS OS TRIBUTOS PAGOS NO PAÍS CHEGOU A NADA MENOS QUE 32,66% DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB). EM 2014, CORRESPONDIA A 32,4% E, EM 2013, A 32,6%.*

## RESISTÊNCIA

Mas há quem discorde desse otimismo e veja na reforma tributária a de mais difícil tramitação. Até porque, das vezes em que se cogitou fazer mudanças nas leis tributárias neste país, a consequência, não raro, foi elevação da carga de impostos e maior complexidade nas obrigações fiscais. “Nunca se fez reforma, mas sempre se aumentou os tributos. Era 20% do PIB, em 1988, e hoje está em quase 35%”, lembra o economista da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Emílio Alfieri. E vem dele a primeira pista de que, pelo menos com a evolução da agenda tributária, o governo não terá vida fácil. “A popularidade do governo é baixa, mas ele ainda tem o apoio dos empresários. No Congresso, tem o apoio do Centrão, que é liberal, e os liberais não vão aprovar nada que eleve a carga. Ou seja, precisa ser uma mudança que simplifique e torne mais equânime o sistema”, resume Alfieri. O economista também se diz temeroso sobre o que será proposto a título de mudança. “Não vamos pedir nada porque pode terminar mal para o nosso lado. Ou seja, não fazem reforma nenhuma e ainda aumentam a carga”. Alfieri vai além, ao afirmar que não espera nenhuma grande alteração nesse capítulo. “Vão tentar fazer alguma coisa e, como não vão conseguir, vão fazer qualquer coisa”.

O pessimismo do comércio, porém, parece não ser compartilhado por outros segmentos empresariais. Logo nos primeiros dias de janeiro, o Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) apresentou os resultados de dois anos de estudos para simplificar e tornar mais equânime o sistema tributário brasileiro. O CCiF é uma organização formada por nomes como Eurico de Santi, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Nelson Machado, ex-ministro do Planejamento e da Previdência Social, Bernard Appy, ex-secretário executivo e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e o economista Isaías Coelho que, entre outras atividades, passou pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O trabalho do CCiF é financiado por empresas como Ambev, Natura, Itaú e Votorantim. “A palavra central aqui é democracia. Em vez de ficar esperando, por que não propor? Vejo claramente um movimento político que se instaurou entre as companhias. É preciso participar e é isso que estamos fazendo”, resume de Santi, um dos fundadores do CCiF. “As empresas não querem incentivos. Querem simplicidade, igualdade e transparência”.

A primeira parte do trabalho do CCiF, que consumiu dois anos de estudos, visa sobretudo à simplificação do sistema, substituindo, ao longo de dez anos, o PIS/Cofins pela Contribuição Geral sobre Consumo (CGC),



*“ESTAMOS FALANDO  
COM AS ENTIDADES  
REPRESENTATIVAS, COMO A  
ANFIP, PARA QUE SEJA UMA  
PROPOSTA COM RESPALDO  
DA SOCIEDADE”. EURICO  
DE SANTI - CENTRO DE  
CIDADANIA FISCAL (CCIF).*

e o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) - veja artigo na página 33. Com a implantação gradual, à medida que a arrecadação com os novos sistemas aumente, os antigos impostos são reduzidos até serem extintos. O trabalho do CCiF destaca uma das principais qualidades de uma Contribuição Geral sobre Consumo: a função primordial da contribuição é a arrecadação, ela não se presta à tributação seletiva, tampouco à política industrial ou redistribuição de renda com tributação sobre o consumo. Também ressalta que ela deve incidir sobre uma base ampla: “a base de incidência da CGC deve alcançar toda universidade de bens e serviços; deve abranger também todas as formas de organização da atividade econômica, seja esta realizada por pessoas jurídicas, seja por pessoas físicas”.

Eurico de Santi explica que, para o contribuinte, não há aumento da carga tributária. “Nossa proposta é melhorar a qualidade do sistema. Por trás disso, tem o processo de uma grande reforma política porque, na medida em que o eleitor se apodera desse tema, ele tem um instrumento de cidadania nas mãos”, afirma Santi, destacando que o desafio agora é envolver um número cada vez maior e mais representativo da sociedade nas discussões. “Estamos falando com as entidades representativas, como a ANFIP, para que seja uma proposta com respaldo da sociedade”. Vilson Romero, presidente da ANFIP engrossa o coro: “Todos os novos governantes sempre anunciam reformas nas áreas trabalhista, previdenciária e tributária. Nunca vimos propostas que viessem em benefício de trabalhadores, aposentados e contribuintes. Porém, temos muito que mudar em nosso cipoal tributário, eliminando sua regressividade, a tributação excessiva sobre

*“TODAS AS VEZES EM QUE SE TENTOU FAZER REFORMA TRIBUTÁRIA NESTE PAÍS O RESULTADO FOI AUMENTO DA CARGA. NÃO CREIO, SINCERAMENTE, QUE ISSO VÁ ACONTECER AGORA. DAÍ MINHA TESE DE QUE A MUDANÇA NAS LEIS TRIBUTARIAS SERÁ A MAIS DIFÍCIL DE O GOVERNO APROVAR.” - EMÍLIO ALFIERI - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO (ACSP).*

o trabalho e o consumo, em vez de alcançar os rentistas. A simplificação é fundamental e necessária. Iremos atuar muito nessa área em 2017”, afirma Romero.

Ao contrário do que defende o relator da Comissão Especial na Câmara dos Deputados, segundo o qual a reforma será apresentada e votada ainda em 2017, o tema está apenas entrando em discussão e, no que depender de empresas e entidades, as discussões devem, sim, permear a campanha presidencial em 2018. Luiz Carlos Hauly diz que já conhece a proposta do CCiF e que há convergência com o que ele pretende propor. Mas é refratário quanto a um debate mais longo. “Todo mundo sabe o que precisa ser feito. Estamos discutindo esse tema há pelo menos 30 anos e não temos mais tempo a perder”, afirma o parlamentar.

“Todas as vezes em que se tentou fazer reforma tributária neste país o resultado foi aumento da carga. Não creio, sinceramente, que isso vá acontecer agora. Daí minha tese de que a mudança nas leis tributárias será a mais difícil de o governo aprovar. A sociedade não aceita mais que se fale em reforma tributária sem o devido debate”, completa Emílio Alfieri. O cronômetro está ligado. Agora é ver para que lado pende a bússola dessa que promete ser a mais complexa das reformas.

# A REFORMA QUE NUNCA ACABA

**COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA QUE TRATA DO TEMA  
COMEÇA A TRABALHAR EM RITMO ACELERADO**



**E**ntra governo, sai governo, e a reforma da Previdência Social permaneceu na agenda prioritária do país, independentemente da orientação política do chefe de Estado. Foi assim nos governos de Fernando Henrique Cardoso, que implantou o fator previdenciário; de Luiz Inácio Lula da Silva, que taxou servidores públicos inativos; e de Dilma Rousseff, que acabou na fórmula 85/95. Com a



*“SERÁ DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA QUE ELES VÃO TIRAR O DINHEIRO PARA VIABILIZAR O DESASTRE QUE É A EMENDA CONSTITUCIONAL QUE CONGELA OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS. CABERÁ AO MINISTRO DA FAZENDA DEFINIR, POR PORTARIA, O PISO PREVIDENCIÁRIO.”*  
**SENADOR PAULO PAIM (PT/RS).**

ascensão do atual presidente não foi diferente. O tema voltou à pauta nacional com uma proposta que, se levada a termo, pode representar mais uma tentativa de dificultar o acesso da população à aposentadoria e outros benefícios do sistema público de seguridade social.

Se depender da disposição do governo, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 287/16) será aprovada ainda no primeiro semestre de 2017, conforme prenunciou o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, principal interlocutor do governo junto aos parlamentares. Desta vez, no entanto, a mudança nas regras da Previdência Social não é um projeto isolado. Faz parte de um conjunto de medidas, algumas já aprovadas e outras em discussão, que o governo impõe sob o pretexto de reequilibrar as contas públicas e tirar o país da recessão econômica.

Tanto que a reforma previdenciária foi colocada no nível hierárquico de prioridades do governo como a segunda da fila, depois da emenda que estabeleceu um teto para os gastos públicos. O presidente da República chegou a dizer na ocasião que a reforma da Previdência “é quase uma consequência” da matéria aprovada por folgada maioria no plenário do Senado, em dezembro. Apesar dos fortes protestos populares registrados na data, a PEC dos gastos públicos teve votos favoráveis de 53 senadores e somente 16 contra, numa demonstração de força do Planalto.

O senador Paulo Paim (PT/RS) concorda que existe uma vinculação entre as duas matérias. “Será da reforma previdenciária que eles vão tirar o dinheiro para viabilizar o desastre que é a emenda dos gastos. Um dos argumentos do governo para alterar a legislação é a limitação dos gastos previdenciários. Isso será feito pela retirada da vinculação ao salário mínimo, transferindo ao ministro da Fazenda a atribuição de definir, por portaria, o piso previdenciário do ano, com perdas para os aposentados”, sustenta o senador.

Paim considera a proposta do governo inaceitável e a mais radical desde a Constituição de 1988. “O texto estabelece a idade mínima de

---

65 anos para homens e mulheres. Além disso, as novas regras de transição, que revogam todas as anteriores, são fixadas com base na idade do segurado e no tempo de efetivo exercício no serviço público. Isso sem falar que a reforma acaba com a pensão integral das viúvas”, observa o senador gaúcho.

O presidente da ANFIP, Vilson Romero, avalia que deve, sim, haver um aperfeiçoamento do sistema, desde que este não atinja direitos e conquistas dos trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público. “Há inúmeras propostas no lado do financiamento que deveriam ser adotadas antes de sucumbir à chamada “ditadura demográfica” que adota como paradigma os limites de idade fixados na Comunidade Europeia e em países com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)”, afirma.

Já o advogado e especialista em direito previdenciário Matusalém dos Santos classifica de injusto o texto da PEC 287. Para ele, fixar a idade mínima em 65 é impedir a aposentadoria de parte significativa da massa de contribuintes, já que a expectativa de vida difere de uma região para outra. “Mais grave ainda é combinar idade mínima com exigência de 25 anos de contribuição. Os trabalhadores informais e os dos setores sazonais e com muita rotatividade não alcançam 25 anos de contribuição até os 65 anos de idade. Com isso, acabariam se aposentando depois dos 70 anos de idade ou nunca”, comentou.

Nesse pacote de medidas que mexe com

a vida de todos os brasileiros, pode ser incluído também o Projeto de Lei 4.330, que trata da terceirização de mão de obra. A proposta, que integra um conjunto de projetos com o propósito de “flexibilizar” a legislação trabalhista, é vista por especialistas como altamente prejudicial às contas da Previdência Social.

## DESAFIO

Conseguir sucesso em uma empreitada da envergadura da reforma que o governo federal pretende para o país não será tarefa fácil. O próprio presidente da República já admitiu, enquanto tenta angariar apoio entre congressistas e governadores, que o processo reformista dependerá de uma grande negociação no Legislativo e com os sindicatos e entidades representativas da sociedade civil.

Enquanto isso, o Palácio do Planalto vem investindo pesado para convencer a população da necessidade das mudanças propostas. Lançou, por exemplo, campanha publicitária, veiculada na TV, no rádio e em jornais de todo o país. No “Minuto da Previdência”, repete o discurso do déficit e da possibilidade de quebra do sistema.

Tão logo a PEC foi enviada ao Congresso, entrou em campo o secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano. Para ele, os efeitos da reforma nas contas previdenciárias, no enfrentamento ao déficit, serão de longo prazo. No entanto, segundo Caetano, a urgência

*O PRÓPRIO GOVERNO RECONHECE QUE CONSEGUIR SUCESSO EM UMA EMPREITADA DO TAMANHO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA DEPENDERÁ DE UMA GRANDE NEGOCIAÇÃO NO LEGISLATIVO, ENVOLVENDO OS SINDICATOS E A SOCIEDADE CIVIL.*

se justifica para assegurar a própria sobrevivência do sistema, garantindo que os benefícios sejam realmente pagos aos contribuintes. Pelas contas do governo, o rombo no Regime Geral de Previdência Social (INSS) foi de R\$ 85 bilhões em 2015. No ano passado, segundo o Ministério da Fazenda, registrou déficit recorde de R\$ 149,73 bilhões. Para 2017, a projeção é de R\$ 181 bilhões.

Entretanto levantamento realizado pela ANFIP mostra que não é bem assim. Do decantado desequilíbrio nas contas da Previdência de cerca de R\$ 85 bilhões, em 2015, nada menos que R\$ 69,7 bilhões representaram renúncia fiscal em favor de segmentos empresariais. Além disso, as contas da Previdência não devem ser feitas apenas considerando a contribuição de empresas e empregados, como defende a entidade em vídeo disponível no portal ([www.anfip.org.br](http://www.anfip.org.br)). A seguridade social é composta por Previdência, assistência social e saúde e tem diversas fontes de financiamento. Além da contribuição de trabalhadores e empresas, o governo também é responsável pelo repasse de contribuições sociais como PIS/Cofins, Contribuição sobre Lucro Líquido e Pasep. Não fosse o descumprimento histórico dessa obrigatoriedade, o que seria

déficit, como apresentado pelo governo, seria superávit – de R\$ 55,7 bilhões em 2014 e de R\$ 11 bilhões, em 2015.

“O sistema, em especial o Regime Geral de Previdência Social, não pode continuar sendo objeto de retirada de seus recursos para incentivar setores da economia, através das chamadas renúncias previdenciárias que, somente em 2016, consumiram cerca de R\$ 70 bilhões do dinheiro sagrado dos aposentados e pensionistas”, reforça o presidente da ANFIP, ao questionar o discurso oficial.

O relator da Comissão Especial da Câmara que analisa a PEC da reforma previdenciária, deputado Arthur Maia (PPS/BA), sinaliza que está aberto ao debate e prometeu trabalhar com “o coração aberto”. Disse que fará “um confronto de ideias” entre os que dizem que há déficit na Previdência e os que, ao contrário, afirmam que há superávit. Ele admitiu a possibilidade de mudar as regras de transição propostas pelo governo e rever a questão das renúncias fiscais, que beneficiam vários segmentos, como as universidades particulares, por exemplo. Quanto a fixação de uma idade mínima para a aposentadoria, o relator não abre mão, mesmo que seja preciso alterar os

### QUADRO RESULTADO SEGURIDADE SOCIAL

Receitas e Despesas da Seguridade Social em R\$ Milhões

Anos	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Receitas</b>	527.137	595.788	651.099	687.829	694.231
<b>Despesas</b>	451.323	512.952	574.653	632.092	683.061
<b>Total</b>	75.814	82.836	76.446	55.737	11.170

Fonte: ANFIP

65 anos de idade fixados na proposta do Executivo.

Os trabalhos da Comissão Especial estão de vento em popa. Em menos de um mês de funcionamento, o colegiado, que elegeu no dia 9 de fevereiro como presidente deputado Carlos Marun (PMDB/MS), realizou cinco reuniões e quatro audiências públicas. A presença e manifestações de entidades de classes contrárias à reforma tem sido uma constante nas agendas da Comissão Especial.

## REAÇÃO

Ao mesmo tempo em que o debate é ampliado no Executivo e no Congresso, cresce a mobilização de entidades da sociedade civil contra o pacote embrulhado pelo governo. A movimentação se justifica, já que a proposta reformista atinge a todos: trabalhadores da iniciativa privada, servidores públicos, aposentados e pensionistas, que podem ter seus vencimentos achatados, contribuintes que sonham com a aposentadoria e até quem ainda nem entrou no mercado de trabalho.

Uma forte reação vem da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social com apoio de um movimento que reúne mais de 80 entidades, incluindo a ANFIP. Por meio de campanha nas redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter) o movimento contra ataca com a hashtag #NãoAREformadaPrevidência, incentivando o

compartilhamento de mensagens sobre a reforma. Uma forma de mobilizar a sociedade, informar e alertar sobre os efeitos nocivos da PEC 287/16.

Entidades que representam os aposentados também entraram no esforço de mobilização contra a reforma. O presidente da Confederação Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Copab), Warley Martins Gonçalves, avalia que falta transparência em relação aos gastos, às dívidas e à arrecadação previdenciária. “Não somos contra o debate e a construção de uma Previdência justa, mas não podemos ignorar que os dados apontados pelo governo não são, nem de longe, os verdadeiros vilões do sistema previdenciário brasileiro e que o discurso do déficit soa um tanto contraditório quando se aprova o aumento da DRU de 20% para 30%, aumentando a margem de recursos que podem sair da Previdência para suprir outras demandas do governo”.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) promete ganhar as ruas para protestar. “Vamos organizar greves, manifestações, pressionar deputados e senadores, mostrar que quem votar a favor dessa PEC está traindo o trabalhador. Os trabalhadores precisam ser alertados que este é um momento crucial, que o projeto não compromete somente a vida do trabalhador hoje, mas vai precarizar a vida do seu filho, do seu neto. Não podemos permitir isso com o futuro da juventude brasileira”, disse o presidente da CUT, Wagner de Freitas, em entrevista.



*“NÃO SOMOS CONTRA O DEBATE E A CONSTRUÇÃO DE UMA PREVIDÊNCIA SOCIAL JUSTA, MAS NÃO PODEMOS IGNORAR QUE OS DADOS APONTADOS PELO GOVERNO NÃO SÃO, NEM DE LONGE, OS VERDADEIROS VILÕES DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO.”*

**WARLEY MARTINS GONÇALLES - COPAB**

## O QUE QUER O GOVERNO:

O governo utilizou dois adjetivos para descrever sua proposta de mudança nas regras de funcionamento da Previdência Social: dura e ampla. O primeiro é uma clara referência às mudanças radicais no sistema, como a implantação da idade mínima de 65 anos e paridade. Já o segundo, significa que a reforma vai atingir quase que a totalidade dos segurados, com exceção dos militares que terão regras próprias fixadas em lei.

O secretário de Previdência, Marcelo Caetano, disse que a proposta tem dois grandes nortes: a sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro e a convergência de regras entre os regimes dos trabalhadores da iniciativa privada e dos servidores públicos. Segundo ele, a reforma não se restringe ao Regime Geral e terá repercussão também nos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores (RPPS) em estados e também nos municípios.

De acordo com a Secretaria, a reforma estabelece idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e mulheres, com no mínimo 25 anos de contribuição. Haverá uma regra de transição para homens com 50 anos ou mais e para mulheres e professores com 45 anos ou mais. Neste caso, deverão cumprir um pedágio equivalente a 50% do tempo que, na data de promulgação da Emenda, faltaria para atingir o número de meses de contribuição exigido (35 anos para homens e 30 anos para mulheres).

## PROPOSTA DO GOVERNO

**Requisitos para aposentadoria:** idade mínima de 65 anos de idade e 25 anos de contribuição para homens e mulheres.

**Tempo mínimo de contribuição:** sobe de 15 anos para 25 anos.

**Regra de transição:** homens com mais de 50 anos de idade e mulheres com mais de 45 anos.

**RGPS:** fim do fator previdenciário e da fórmula 85/95 como regra de cálculo.

**RPPS:** acaba a integralidade e paridade para os servidores públicos com menos de 50 anos de idade, se homem, e 45, se mulher.

**Pensão por morte:** cai de 100% para 50%, com adicional de 10% por dependente.

**Benefício de Prestação Continuada:** idade mínima sobe de 65 para 70 anos.

Fonte: Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda

*“VAMOS ORGANIZAR GREVES, MANIFESTAÇÕES, PRESSIONAR DEPUTADOS E SENADORES, MOSTRAR QUE QUEM VOTAR A FAVOR DESTA PEC ESTÁ TRAINDO O TRABALHADOR,” - VAGNER DE FREITAS - PRESIDENTE DA CUT.*

# DESAPOSENTAÇÃO

## O SONHO ACABOU

O Supremo Tribunal Federal (STF) jogou um balde de água fria nas pretensões dos aposentados que continuam trabalhando e contribuindo para a Previdência Social com a decisão de rejeitar a tese da desaposentação, mecanismo que permitiria a revisão dos proventos com base no valor das novas contribuições. Se o sonho acabou, resta agora a esperança para os milhares de segurados que permanecem ativos, irrigando os cofres do sistema, e para aqueles que ingressaram na Justiça para requerer o benefício.

Se a via judicial deixou de ser um caminho de reparação, a saída pode estar no Congresso Nacional. Está nas mãos dos deputados e senadores a possibilidade de agir para institucionalizar a desaposentação. Ou ainda evitar que os aposentados que conseguiram, por via judicial, sentenças favoráveis para recalcularem o valor do benefício tenham que devolver a diferença para o INSS.

O senador Paulo Paim (PT/RS) disse que “a luta” agora será aprovar leis sobre o tema. “O Supremo entende que este é um assunto da esfera do Legislativo. Tanto que tão logo que a medida foi rejeitada pelo plenário daquela corte, apresentei um projeto de lei para garantir aos brasileiros que conquistaram a desaposentação o direito de não devolverem os valores já recebidos”, disse ele, acrescentando que essa é apenas uma de suas frentes de atuação. Outra opção seria trabalhar pela tramitação do Projeto de Lei 76/15, que permite ao aposentado renunciar à aposentadoria para se filiar ao novo regime. A proposição foi aprovada na Câmara e aguarda votação no Senado.

Além disso, Paim reforça que apresentará novos projetos com os objetivos de manter os valores dos benefícios previdenciários concedidos ou revisados por decisão administrativa ou judicial e também para isentar o aposentado que voltar a trabalhar de contribuir para a Previdência.

O advogado e especialista em direito previdenciário Matusalém dos Santos endossa que o caminho jurídico se esgotou para as questões relacionadas à desaposentação. “Juridicamente não tem como deixar de recolher as contribuições do aposentado que continua trabalhando. Esta tese já foi sepultada pelos tribunais há anos atrás, sob o fundamento de que o sistema é solidário. Agora a única saída é pelo Legislativo”

*“Juridicamente não tem como deixar de recolher as contribuições do aposentado que continua trabalhando. Esta tese já foi sepultada pelos tribunais há anos atrás, sob o fundamento de que o sistema é solidário.*

*Agora a única saída é pelo Legislativo”*

**Matusalém dos Santos, advogado e especialista em Direito Previdenciário**

pelos tribunais há anos atrás, sob o fundamento de que o sistema é solidário. Agora a única saída é pelo Legislativo, aprovando alguma lei que regulamente a medida ou a devolução das contribuições”, avalia.

Assim como ocorre com as estatísticas relacionadas às contas da Previdência Social, os impactos da desaposentação também são frequentemente questionados. “Não há um

cálculo exato, tampouco o governo libera tais dados, mas se estima que o INSS fature na casa dos milhões com os aposentados que continuam contribuindo, já que hoje dificilmente poucos conseguem manter renda digna sem trabalhar para complementar a aposentadoria”, diz o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Copab), Warley Martins Gonçalves.

Pelos cálculos da Advocacia Geral da União seriam 480 mil os aposentados que continuam na ativa, contribuindo para Previdência. As ações judiciais que tramitam pelo Judiciário são cerca de 182 mil.

# O pior resultado DESDE 2010

**A** crise na economia brasileira e o aumento do desemprego continuaram a refletir na arrecadação federal em 2016, que registrou recuo pelo terceiro ano consecutivo. De acordo com números divulgados pela Receita Federal do Brasil, a arrecadação com impostos e contribuições federais apresentou queda real (após abatimento da inflação) de 2,97% no ano passado, fechando em R\$ 1,28 trilhão. Foi o valor mais baixo desde 2010, ou seja, em seis anos.

“Ainda vivemos um período de recessão e isto se reflete na arrecadação. O cenário de 2016 deteriorou-se também em relação a 2015. A sociedade e o governo consumiram menos, com impactos negativos no PIS/Cofins”, afirmou o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias. Segundo ele, o Brasil também importou menos no período, o que provocou queda de R\$ 16 bilhões nos impostos cobrados

sobre importações. Foi registrada retração também nas receitas do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), por conta da desaceleração da economia e contração do crédito. “Houve uma reversão da desoneração da folha, mas tivemos uma forte queda do emprego, o que diminuiu a receita previdenciária em R\$ 14 bilhões”, acrescentou ele.

## ALTA DE TRIBUTOS E REPATRIAÇÃO

A redução aconteceu apesar do aumento de tributos sobre computadores, smartphones, notebooks, tabletes, modems e roteadores, vinhos, destilados, chocolates, sorvetes e cigarros. Houve também elevação do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado na compra de dólar em espécie, da tributação sobre folha de pagamentos e do PIS/Cofins sobre gasolina e diesel.

A receita extra de R\$ 46,8 bilhões obtida com a repatriação de recursos do exterior no fim do ano passado não foi suficiente para reverter o resultado negativo. Além disso, houve em 2016 uma arrecadação extraordinária de R\$ 4,64 bilhões decorrente da transferência de ativos entre empresas.

**TABELA II-A**  
**ARRECAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS**  
**PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2016/2015**  
**(A PREÇOS DE DEZEMBRO/2016 - IPCA)**

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	2016	2015	VAR. (%)	PARTICIPAÇÃO (%)	
	[A]	[B]	[A]/[B]	2016	2015
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	32.083	43.289	(25,89)	2,44	3,20
I.P.I-TOTAL	45.799	54.662	(16,21)	3,48	4,04
I.P.I-FUMO	5.834	6.331	(7,85)	0,44	0,47
I.P.I-BEBIDAS	2.680	2.834	(5,42)	0,20	0,21
I.P.I-AUTOMÓVEIS	2.939	4.494	(34,61)	0,22	0,33
I.P.I-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	13.726	18.655	(26,42)	1,04	1,38
I.P.I-OUTROS	20.620	22.348	(7,73)	1,57	1,65
IMPOSTO SOBRE A RENDA-TOTAL	371.432	357.671	3,85	28,26	26,41
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	31.111	31.566	(1,44)	2,37	2,33
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	143.292	126.590	13,19	10,90	9,35
ENTIDADES FINANCEIRAS	24.600	19.871	23,80	1,87	1,47
DEMAIS EMPRESAS	118.692	106.718	11,22	9,03	7,88
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	197.029	199.516	(1,25)	14,99	14,73
I.R.R.F-RENDIMENTOS DO TRABALHO	101.679	103.439	(1,70)	7,74	7,64
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE CAPITAL	60.120	57.777	4,06	4,57	4,27
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	24.906	26.797	(7,06)	1,90	1,98
I.R.R.F-OUTROS RENDIMENTOS	10.324	11.502	(10,24)	0,79	0,85
IOF - I. S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	34.324	38.423	(10,67)	2,61	2,84
ITR - I. TERRITORIAL RURAL	1.250	1.303	(4,02)	0,10	0,10
COFINS - CONTRIB. P/ A SEGURIDADE SOCIAL	208.291	223.562	(6,83)	15,85	16,51
ENTIDADES FINANCEIRAS	19.860	16.890	17,58	1,51	1,25
DEMAIS EMPRESAS	188.431	206.672	(8,83)	14,34	15,26
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	55.407	59.641	(7,10)	4,22	4,40
ENTIDADES FINANCEIRAS	3.191	2.595	22,96	0,24	0,19
DEMAIS EMPRESAS	52.216	57.046	(8,47)	3,97	4,21
CSLL - CONTRIB. SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	69.465	68.498	1,41	5,29	5,06
ENTIDADES FINANCEIRAS	17.306	11.949	44,83	1,32	0,88
DEMAIS EMPRESAS	52.159	56.549	(7,76)	3,97	4,18
CIDE-COMBUSTÍVEIS	5.809	3.607	61,03	0,44	0,27
PSS - CONTRIB. DO PLANO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR	31.233	32.625	(4,27)	2,38	2,41
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	45.006	34.193	31,62	3,42	2,52
<b>SUBTOTAL [A]</b>	<b>900.100</b>	<b>917.476</b>	<b>(1,89)</b>	<b>68,49</b>	<b>67,74</b>
<b>RECEITA PREVIDENCIÁRIA [B]</b>	<b>389.212</b>	<b>403.309</b>	<b>(3,50)</b>	<b>29,62</b>	<b>29,78</b>
PRÓPRIA	349.830	361.212	(3,15)	26,62	26,67
DEMAIS	39.383	42.097	(6,45)	3,00	3,11
<b>ADMINISTRADAS PELA RFB [C]=[A]+[B]</b>	<b>1.289.312</b>	<b>1.320.785</b>	<b>(2,38)</b>	<b>98,11</b>	<b>97,51</b>
<b>ADMINISTRADAS POR OUTROS ÓRGÃOS [D]</b>	<b>24.869</b>	<b>33.681</b>	<b>(26,16)</b>	<b>1,89</b>	<b>2,49</b>
<b>TOTAL GERAL [E]=[C]+[D]</b>	<b>1.314.181</b>	<b>1.354.466</b>	<b>(2,97)</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

# O descontrole financeiro faz mal à saúde



**P**ara manter o corpo e a mente saudáveis é fundamental cultivar hábitos como manter a alimentação balanceada, praticar exercícios regularmente, dormir bem e ter momentos de lazer. No entanto, outro fator fundamental para a saúde, que nem sempre é levado em conta como garantia da qualidade de vida, é o equilíbrio financeiro.

O desequilíbrio no orçamento não atinge apenas o bolso. Segundo o especialista em Medicina Preventiva, Adriano Capece, a falta de um controle das despesas afeta diretamente a saúde do indivíduo e, conseqüentemente, da família. “Uma pessoa que tem controle das suas dívidas, além de oferecer maior segurança familiar, também proporciona aumento da qualidade de vida aos membros da casa, evita atritos familiares, diminui o estresse e as doenças relacionadas a ele”, explica.

Depressão, transtorno de ansiedade generalizada e síndrome de pânico são os quadros mais comuns associados aos problemas provocados pelo gasto compulsivo, de acordo com o psiquiatra Leonardo



*“COMECEI FAZENDO EMPRÉSTIMO EM UM CARTÃO PARA PAGAR O TRATAMENTO DE SAÚDE DE MINHA MÃE. QUANDO ME DEI CONTA, JÁ ESTAVA DEVENDO FATURAS DE DEZ DELES” - ROSINEIA DA SILVA, MASSOTERAPEUTA.*

Rangel. Outra doença associada é a dependência química, principalmente pelo uso de álcool.

“Transtornos psiquiátricos também podem ser geradores de problemas financeiros. Entre eles, o jogo patológico, em que o indivíduo apresenta compulsão pelos jogos de azar”, alerta Rangel.

Aos 50 anos, a massoterapeuta Rosineia da Silva, moradora de Brasília, é um exemplo de como as dívidas podem afetar a saúde de uma pessoa. Em 2010, por causa da doença da mãe, viu as contas se multiplicarem devido ao excesso de gastos com exames e medicamentos. Sem reserva financeira, não teve outra saída a não ser lançar mão do cartão de crédito para fazer compras e pagar dívidas.

No entanto, os gastos da Rosineia não se limitaram aos problemas de saúde da matriarca. Fazer empréstimos virou uma espécie de mania para a massoterapeuta. “Comecei fazendo empréstimo em um cartão. Quando me dei conta, já estava devendo faturas de dez deles. Eu chegava a pegar empréstimo em um cartão para pagar a dívida de outro”, conta.

O caso de Rosineia se enquadra no perfil que a Psiquiatria define como Transtorno Afetivo Bipolar, em que o indivíduo, no episódio de mania, faz gastos muito além de suas possibilidades por apresentar uma autoconfiança patológica ou um delírio de capacidades ilimitadas. “A compulsão pelo consumo é uma forma de mitigar o sofrimento pelo qual o indivíduo passa”, observa Leonardo Rangel.

Do total de cartões utilizados, Rosineia já quitou sete. Para honrar com os pagamentos, no entanto, chega a trabalhar até 15 horas por dia. Mesmo com dores na coluna e nos braços, por conta do esforço repetitivo, ela tem consciência de que não pode parar até conseguir o dinheiro suficiente para encerrar todas as dívidas, que já totalizaram mais de R\$ 120 mil. “Com esse valor, eu teria comprado carro e dado entrada em um apartamento”, lamenta.

Endividamento - Rosineia não está sozinha nesse barco. O número de negativados no país teve um aumento de 700 mil casos ao longo de 2016, alcançando 58,3 milhões de consumidores em dezembro. Em janeiro daquele ano, eram 57,6 milhões. Os dados são do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)

e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). As pesquisas revelam ainda que o uso de crédito rotativo para financiar elementos de segunda ordem como roupas e calçados tem sido a maior causa do endividamento das famílias.

“Crédito nunca é fácil. Quanto menos burocrática for sua aquisição, mais caro ele será. Modalidades em que o crédito está disponível em conta, como o cheque especial e cartão de crédito, são as mais caras que existem”, alerta Adriano Capece. Sem esse discernimento, são bem maiores as chances de cair nas armadilhas do dinheiro fácil e de ampliar as dívidas.

Poupar é uma lição que se deve aprender desde cedo. Segundo Capece, a educação financeira deve ser iniciada quando a criança já tem domínio sobre as operações fundamentais da matemática. “É muito

mais fácil educar a criança do que corrigir o adulto. É preciso ter como meta básica economizar 30% do que se arrecada com mesada e futuramente salário”, orienta.

Foi seguindo essa receita que o empresário Daniel



Araújo, 37 anos, nunca teve o nome inserido na lista de endividados. Ele conta que, desde a época do jardim de infância, seus pais lhe davam dinheiro para que gastasse com o que quisesse. “O valor era bem pouco, mal dava para comprar o lanche na escola, mas eu sabia que aquela era a quantidade que eu teria na semana. Dessa forma, cabia a mim escolher entre gastar com fliperama ou economizar para comprar um videogame”, lembra.

Apesar de estar com a vida financeira organizada, o empresário também sente o peso da responsabilidade de ter que controlar diariamente o que ganha e o que gasta para realizar o sonho de comprar um estúdio de música. São dias e mais dias fazendo cálculos e pesquisando o melhor tipo de aplicação para o montante que conseguiu poupar até agora. “Isso mostra que a preocupação e a ansiedade não afetam somente quem está endividado, mas também quem tem medo de ficar com o saldo no vermelho”, revela Daniel.

Distúrbio - O psiquiatra Leonardo Rangel diz que saber identificar se um indivíduo sofre algum tipo de distúrbio resultante do gasto compulsivo não é uma tarefa simples. “Por ser algo subjetivo, é importante verificar a influência desse sofrimento na vida da pessoa, como alterações de sono, dificuldade de atenção e memória, choro fácil, tristeza, alterações de apetite, perda de libido, impaciência, irritabilidade, falta de energia e de ânimo, entre outros”, explica Rangel.

A percepção de pessoas que convivem com o indivíduo, como cônjuge, pais, irmãos, amigos e colegas de trabalho, por exemplo, também é importante, já que muitas vezes os sintomas são minimizados ou passam despercebidos pelo próprio paciente.

Uma vez identificada a disfunção, a orientação é buscar ajuda de um profissional da saúde mental. “Muitas pessoas têm dificuldade de tomar essa decisão, pois sentem vergonha de serem taxadas como fracas, incapazes e, até mesmo, loucas. Frear a tendência consumista através de psicoterapias e medicação pode ser demorado e muito difícil, por isso é importante iniciar o tratamento o quanto antes”, sugere o psiquiatra.

*“DEPRESSÃO, TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA E SÍNDROME DE PÂNICO SÃO OS QUADROS MAIS COMUNS ASSOCIADOS AOS PROBLEMAS PROVOCADOS PELO GASTO COMPULSIVO. OUTRA DOENÇA ASSOCIADA É A DEPENDÊNCIA QUÍMICA, PRINCIPALMENTE PELO USO DE ÁLCOOL”.*

**LEONARDO RANGEL, PSIQUIATRA.**



# NOSSA

## REFORMA TRIBUTÁRIA



NELSON MACHADO, BERNARD APPY, EURICO DE SANTI, ISAIAS COELHO – DIRETORES DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL (CCiF).

**O** Brasil precisa de urgente reforma da qualidade do sistema tributário, orientada para o desenvolvimento. Obra de infraestrutura institucional, fundamental para a indústria produzir, o país exportar e a economia prosperar. É nossa porque cabe a nós, brasileiros, decidir que sistema tributário queremos para o país que sonhamos.

Os vários tributos que no Brasil oneram o consumo, a renda, a folha e o patrimônio são ruins para as empresas, para o cidadão e mesmo para o Fisco.

Os tributos sobre a renda e sobre a folha, com inúmeros regimes jurídicos distintos, prejudicam o emprego, o salário e a equidade. A tributação sobre o patrimônio merece ser revista em conformidade com o debate informado sobre a função da propriedade, sinalizando segurança jurídica e certeza nas relações intergeracionais.

Os tributos que incidem sobre o consumo de bens e serviços (ICMS, IPI, PIS/Cofins e ISS) são complexos, descoordenados, cumulativos, repletos de obrigações acessórias e geradores de enorme contencioso. Tal situação degrada o ambiente de negócios, implica perda da competitividade nacional e dificulta o controle político da carga tributária. A

falta de transparência acaba por iludir a percepção do cidadão sobre os tributos embutidos nos preços dos bens e serviços.

O Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) entende que todo o sistema tributário brasileiro carece de reforma, mas que a tributação sobre o consumo é a mais disfuncional e a que mais urgentemente requer simplificação. O CCiF entende que a melhor forma de atingir esse objetivo seria pela criação de dois novos tributos baseados no modelo internacionalmente consolidado do Imposto Sobre o Valor Adicionado (IVA), que substituiriam gradualmente o PIS/Cofins, o ICMS e o ISS.

A Contribuição Geral sobre o Consumo (CGC), federal, substituiria o PIS/Cofins. O Imposto Geral sobre o Consumo (IGC), subnacional, substituiria o ICMS e o ISS. A legislação dos dois tributos seria a mesma, o que significa que, para os contribuintes, seria como se houvesse apenas um novo tributo. O IPI seria transformado em um imposto seletivo, com incidência sobre poucos produtos com externalidades negativas, como fumo, bebidas e combustíveis.

A estratégia de novo tributo modelar se justifica pela grande contaminação dos tributos atuais por

isenções, incentivos e regimes especiais. Também possibilita fazer a transição em um prazo relativamente longo, permitindo que as empresas se ajustem e que as políticas de incentivo sejam redesenhadas e se apoiem em instrumentos mais apropriados.

O objetivo final é a uniformização da legislação nacional da tributação sobre o consumo, criando novo cenário de futuro para o empreendedorismo no Brasil e, ao mesmo tempo, mantendo a arrecadação constante.

A função da tributação moderna é arrecadar, não a de distribuir favores. Os incentivos fiscais e regimes especiais devem ser eliminados, abrindo espaço para a adoção de alíquotas uniformes e mais moderadas. Sem privilégios, a tributação se torna mais justa e onde todos pagam, todos pagam menos.

No modelo proposto, a não cumulatividade é plena: o crédito é financeiro e irrestrito. Todo o tributo pago pela empresa na aquisição de bens e serviços constitui seu crédito, aplicável contra o tributo que deve pagar sobre os bens e serviços vendidos. Extingue-se a anomalia do “crédito físico” e garante devolução imediata dos créditos acumulados, qualquer que seja a sua origem.

A CGC e o IGC devem incidir sobre base ampla, alcançando o universo de bens e serviços e todas as formas de organização da atividade econômica.

As alíquotas da CGC e do IGC devem ser as mesmas para todos os bens e serviços. A tributação não deve depender da classificação de bens e serviços. A alíquota única é essencial para o empoderamento do cidadão, como contribuinte efetivo e protagonista do debate político sobre carga tributária.

A CGC e o IGC devem desonerar completamente as exportações de bens e serviços, garantindo-se a manutenção integral do crédito (tributação no destino). Tampouco devem onerar o investimento. Este deve gerar crédito integral e, caso

não haja débitos suficientes, o crédito acumulado deve ser imediatamente ressarcido.

A base de cálculo dos novos tributos deve ser a receita líquida de impostos. O modelo proposto não admite a chamada tributação “por dentro”, prática obscura de fazer o imposto integrar a própria base de cálculo.

Propõe-se que a CGC seja criada com uma alíquota inicial de 1%, reduzindo-se compensatoriamente as alíquotas do PIS/Cofins. A vigência inicial da CGC com alíquota de 1%, durante dois anos, permitiria avaliar adequadamente o funcionamento desse tributo e estimar seu potencial de arrecadação. Após esse período de teste, a alíquota da CGC seria elevada progressivamente e a do PIS/Cofins, reduzida progressivamente, completando-se

a transição em cinco anos. A transição do ICMS e do ISS para o IGC também se iniciaria após esse período de teste, sendo feita em 10 anos.

A carga tributária seria mantida constante durante toda a transição, com o aumento da CGC e do IGC correspondendo exatamente à redução do

PIS/Cofins e do ICMS e ISS. A segurança jurídica para os contribuintes e para o Fisco exige um período longo de transição.

O modelo proposto é simples, neutro, transparente e isonômico. A introdução desse novo paradigma traria grande avanço à tributação do consumo. Reduz a insegurança jurídica. Elimina a cumulatividade. Acaba com as práticas de cálculos “por dentro” e retenção indevida de créditos acumulados. Além disso, incentiva a livre concorrência e melhora o ambiente de negócios, promovendo o exercício da cidadania fiscal rumo à responsabilidade dos governantes negociada, democraticamente, nas urnas.

É jogo do tipo ganha-ganha, construindo o futuro do Brasil.

*“O MODELO PROPOSTO É SIMPLES,  
NEUTRO, TRANSPARENTE E ISONÔMICO.  
A INTRODUÇÃO DESSE NOVO  
PARADIGMA TRARIA GRANDE AVANÇO  
À TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO”*

# POR VOCÊ, PELO BRASIL!

## O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL TRABALHA EM DEFESA DE TODA A SOCIEDADE.



### ARRECADAÇÃO DOS RECURSOS PARA APOSENTADORIA - SAÚDE PÚBLICA - ASSISTÊNCIA SOCIAL SEGURO-DESEMPREGO - BOLSA FAMÍLIA

A atuação do Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil é a garantia de recursos para iniciativas que tocam a vida de milhões de brasileiros. Hoje, mais de 60% da arrecadação tributária federal são destinados ao orçamento da Seguridade Social. Estes recursos asseguram os programas nas áreas de Saúde Pública, Assistência e Previdência Social. É dinheiro que permite, por exemplo, o pagamento de aposentadorias, Seguro-Desemprego e Bolsa Família. A ANFIP tem orgulho de representar e defender o Auditor Fiscal.

# XXVI CONVENÇÃO NACIONAL

Associação Nacional  
dos Auditores Fiscais da  
Receita Federal do Brasil



**ANFIP** TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E PARTICIPAÇÃO

# 20 a 23 Maio 2017

Centro de Eventos e Convenções  
Brasil 21 - Brasília/DF



INFORMAÇÕES: [www.anfip.org.br](http://www.anfip.org.br)



Associação dos Auditores Fiscais da  
Receita Federal do Brasil no Distrito Federal



Associação Nacional dos Auditores Fiscais  
da Receita Federal do Brasil  
[www.anfip.org.br](http://www.anfip.org.br)